

PSD E CDS PREPARAM ESTRATÉGIA COMUM PARA AS AUTÁRQUICAS



No final de uma reunião, que juntou os líderes e os Secretários-gerais de ambos os partidos, dia 27, Rui Rio referiu que a partir de agora, vai ser dado “espaço para as concelhias e as distritais” começarem a aprovar e propor os candidatos às eleições locais

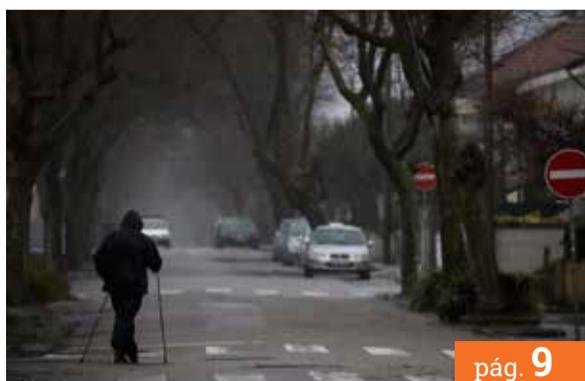


pág. 6

PARLAMENTO

PSD QUER INFORMAÇÃO MAIS DETALHADA SOBRE VACINAÇÃO E EVOLUÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

O grupo parlamentar do PSD acaba de requerer ao Governo que a Direção-Geral da Saúde (DGS) inclua no seu boletim diário dados sobre o processo de vacinação contra a covid-19, exigindo transparência e mais informação aos cidadãos



pág. 9

LOCAIS

VEREADORES DO PSD DE GAIA DEFENDEM MEDIDAS URGENTES DE APOIO ÀS EMPRESAS E FAMÍLIAS

Os vereadores dizem que está em causa a sobrevivência do tecido empresarial do concelho, que corre o risco de “colapsar”, com o encerramento de muitas empresas de cariz familiar e que conduzirá ao desemprego milhares de trabalhadores



pág. 11

REGIONAIS

RECUSA EM REFORÇAR APOIOS ÀS REGIÕES AUTÓNOMAS “ENVERGONHA” O PAÍS

O PSD/Madeira criticou o Governo da República por recusar reforçar os apoios para as regiões autónomas, numa postura que “envergonha um país que preside ao Conselho da União Europeia”



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

REGABOFE

Numa zona rural do estado do Oregon, nos Estados Unidos da América, os profissionais de saúde que regressavam de um posto de vacinação, retidos numa tempestade de neve, perante a impossibilidade objetiva de saírem do local, decidiram, e bem, vacinar todos os condutores que se encontravam por perto.

Um facto que é perfeitamente compreensível, cá e lá fora, e não se pode confundir com os maus exemplos que abundaram em Portugal, nas últimas semanas. Todos os dias aparecem, como cogumelos, mais e mais casos de administração abusiva, indigna e moralmente reprovável de vacinas.

Desde a Câmara de Portimão até à pastelaria contígua ao INEM, no Porto, passando por uma fundação em Reguengos, pelo hospital de Riba d' Ave, em Famalicão ou pela Segurança Social, de Setúbal. Uma verdadeira via sacra de vacinação indevida, deixando em segundo plano, grupos prioritários na vacinação como os profissionais de saúde, doentes de risco, idosos, polícias e bombeiros, entre outros. Os casos são ainda mais graves se atentarmos às desculpas esfarrapadas e às explicações absurdas dos prevaricadores.

Eles são autarcas que descobriram a vocação para o voluntariado e outros que se valem da acumulação de cargos em IPSS, a relação de vizinhança com os estabelecimentos de restauração ao lado, para não descartar vacinas e até dos cônjuges e dos filhos, pasme-se, por haver vacinas a mais. Por este andar nem vai ser necessária a terceira fase, tal é o número de sobras que aparecem.

E o ridículo ganha contornos de escândalo quando sabemos que cada frasquinho, que contém seis doses de vacina, pode ser conservado num frigorífico comum, durante 5 dias, e depois de perfurado, pode ser ministrado, até seis horas. Tempo mais do que suficiente para identificar quem precise, em vez de beneficiar quem se aproveite.

Há quem lhe chame a isto chico-espertismo ou batota de covid-oportunistas, mas o que está em causa são mesmo ilícitos em concreto. Crimes de abuso de confiança, burla e recebimento indevido de vantagem, para aqueles que são funcionários públicos. Vacinar pessoas sem prioridade é crime.

Portanto, parece que há plano que, no final do dia, não tem planeamento.

Confrontado com estes factos, o coordenador do plano de vacinação afirmou, de forma quase inimaginável que "o sistema foi montado para vacinar pessoas, não para perseguir aqueles que fazem batota". Francisco Ramos, desconhece afinal, mas o Estado de direito existe tanto para prevenir como para sancionar determinados comportamentos ilícitos.

Não bastam auditorias, como alega Francisco Ramos. É preciso que o Ministério Público, ao abrigo do princípio da legalidade, abra inquéritos para apurar a responsabilidade criminal destes atos, como defende o bastonário da Ordem dos Advogados. E deve atuar já, em todos os casos suspeitos, e sem esperar pela pressão da opinião pública ou vir a reboque do tempo mediático. Se não tivermos sanções exemplares para quem está a prevaricar, corremos o risco de nos lamentarmos com a máxima "o crime compensa".

Francisco Ramos, que já se havia tido o mau gosto de justificar estes casos, com uma piada de natureza ideológica, parece que não compreende que não lhe pedimos que inflija castigos, mas que, face às alegadas infrações, defina regras para que não repitam, nem os abusos, nem os falsos argumentos.

Acabou como só podia acabar. Com a demissão do próprio, mas embrulhada num enigma, uma vez que os fundamentos para resignar ao lugar foram por conta de irregularidades na vacinação noutra entidade em que se mantêm funções. Confusos? Pois, também eu. O que é certo é que está encontrado um bode expiatório para ilibar o Governo e livra-se o próprio de prestar esclarecimentos que devia ao país, por já não ter de comparecer à audição parlamentar agendada para a próxima semana.

Somos dos países mais atrasados na imunidade. Cada dose de vacina deve ser um ato moralmente justo. Até há quem diga que mais depressa os fura-filas das vacinas atingirão a impunidade em grupo, porque este combate mostra mais a fragilidade das instituições e os vícios dos cidadãos que a nobreza de carácter das lideranças e a solidariedade humana. Não podemos, nem devemos pactuar com este regabofe das vacinas. Com a ajuda externa, casos como estes deviam fazer-nos cobrir de vergonha, por não sabermos cuidar de nós próprios.

RUI RIO NO PARLAMENTO

É PRECISO "DAR O EXEMPLO" PERANTE AS "C"...

Rui Rio assegura que o PSD continuará a assumir uma "posição de responsabilidade" e de "cooperação, no respeito pelo superior interesse nacional", mas não deixará de denunciar frontalmente as "graves falhas que o Governo tem demonstrado" no combate à pandemia.

No debate sobre a renovação do estado de emergência na Assembleia da República, dia 28, o Presidente do PSD sublinhou que é esta a postura que o PSD vai continuar a ter, "como partido alternativo de poder ao atual Governo", rejeitando "qualquer aproveitamento político desta difícil tarefa que incumbe ao Executivo". "Nunca regateamos colaboração, sempre que ela nos foi pedida, e sempre fizemos ouvidos moucos aos que nos procuram empurrar para uma posição política de permanente ataque ao Governo em momento tão grave da nossa vida nacional. É esta a postura que vamos continuar a ter, mas perante as graves falhas que o Governo tem demonstrado, cumpre-nos, aqui – e neste momento próprio – dar um murro na mesa e referi-las com toda a frontalidade", declarou.

O Presidente do PSD criticou "os avanços e recuos" nas medidas tomadas, dando como exemplo a desorganização na preparação do ano escolar e a teimosia em não aproveitar a capacidade de um hospital do setor cooperativo totalmente preparado para ajudar o SNS. "Insistir teimosamente em manter as escolas abertas, quando a esmagadora maioria dos especialistas já reclamava o seu encerramento, mostra falta de coragem para, em cada momento, fazer o que se impõe que seja feito. Não ter preparado as escolas para as aulas digitais, depois de, em junho, ter clamado com fanfarra que elas foram um êxito, evidencia excessiva obediência ao marketing e falta de respeito pelos nossos jovens. E proibir as escolas privadas de o fazerem, é próprio da inveja; é impor o arrastamento para o seu patamar de incapacidade, de todos aqueles que fizeram o que o Governo não foi capaz de realizar. Ter os doentes dramaticamente retidos em ambulâncias por falta de lugares nos hospitais e continuar a manter fechado um hospital totalmente pronto há quase dois anos, é levar a teimosia a um extremo inaceitável na situação caótica que o SNS está a viver. Procurar alijar as suas responsabilidades, repetindo, até ser verdade, a mentira de que o PSD defendeu a abertura dos restaurantes para lá das 13 horas, é, no mínimo, um ato de ingratidão perante quem até hoje se esforçou por cooperar e, até, por poupar nas críticas a quem já há muito as merece", disse.

Rui Rio reafirma que o PSD vai manter o voto favorável em relação à declaração do estado de emergência, como fez em todas as anteriores declarações, continuará a "disponibilizar ao Governo todos os instrumentos de combate à pandemia de que ele necessitar" e a "renunciar aos ataques políticos fáceis e permanentes, que mais não visam do que procurar dividendo partidários à custa das dificuldades que o País atravessa".

Este é o décimo diploma do estado de emergência que o Presidente da República submeteu ao Parlamento no atual contexto de pandemia de covid-19.

“RUMOR UM MURRO NA MESA” “GRAVES FALHAS” DO GOVERNO



PSD E CDS PREPARAM ESTRATÉGIA COMUM PARA AS AUTÁRQUICAS

Os Presidentes do PSD e do CDS-PP anunciaram para breve a assinatura de um acordo-quadro que reúne as orientações gerais dos dois partidos para as eleições autárquicas.

No final de uma reunião que juntou ainda os Secretários-gerais de ambos os partidos, esta quarta-feira, Rui Rio referiu que este acordo de convergência exclui o partido Chega. Rui Rio reafirma que o “Chega para ter conversas com o PSD tem de se moderar”, mas como “o Chega não se tem moderado, não há conversa nenhuma”.

O Presidente do PSD sintetizou o propósito do encontro desta forma: “Nós tivemos uma reunião que é a primeira, não vai precisar de haver muitas outras para definir aquilo que é um acordo chapéu que permitirá que nos concelhos onde as estruturas locais o quiserem e as nacionais aceitarem haja coligações com o CDS nas autárquicas”.

No que se refere ao calendário, o líder do PSD explicou que “dentro de uma semana ou duas será feita uma proposta de acordo” e “até meio de fevereiro” este será assinado, de forma a que as estruturas locais “comecem a conversar onde quiserem com este suporte das direções nacionais”.

Rui Rio salienta que a partir de agora, vai ser dado “espaço para as concelhias e as distritais começarem a aprovar e propor candidatos para que, a partir de 1 de fevereiro”, possam “começar a assumir candidatos”.



VACINAÇÃO DEVE SER “A PRIMEIRA PRIORIDADE” DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA

No debate no Parlamento sobre as prioridades da presidência do Conselho da União Europeia, na sexta-feira, Rui Rio enalteceu a importância da “solidariedade” entre os 27 Estados-membros para vencer “a situação mais difícil que a Europa enfrenta desde a assinatura do Tratado de Roma em março de 1957”.

Rui Rio considera a vacinação “a principal arma deste combate”, pelo que espera uma “articulação de todos os Estados Membros, no que concerne às medidas de proteção a adotar”. Acima de tudo, Rui Rio exorta Portugal a promover uma “vacinação rápida e justa”, para permitir “arrancar de forma firme e decisiva a recuperação económica e social” da União Europeia.

O Presidente do PSD entende que a vacinação deve ser “a primeira prioridade da presidência portuguesa”, para permitir a imunização do “maior número possível de cidadãos europeus no mais curto espaço de tempo”. “Vacinação que tem de ocorrer em circunstâncias de grande igualdade entre Estados Membros; que é o mesmo que dizer, entre cidadãos europeus, independentemente da sua nacionalidade de origem. As vacinas têm de chegar no mesmo tempo, no maior número de quantidades possível, e proporcionais à dimensão populacional de cada País”, sublinha.

Além da solidariedade europeia na questão da vacinação e que “foi bem visível durante a presidência alemã e que “provocou um renascer da esperança no projeto europeu comum”, Rui Rio apela também a uma solidariedade “de larga escala ao nível dos fundos europeus disponíveis para a recuperação económica”. “A devastação financeira e económica que a pandemia nos vai legar é, seguramente, o fardo mais pesado que o Velho Continente tem de carregar desde a destruição provocada pela segunda guerra mundial. Por isso, a segunda prioridade deste primeiro semestre de 2021 não pode deixar de ser a agilização da utilização das verbas que temos à nossa disposição para o relançamento económico e social”, afirmou.

Numa altura em que a digitalização e o desenvolvimento

tecnológico assumem o papel de principal motor da reestruturação económica, Rui Rio pede aos Estados e às instituições da União Europeia para não “deixarem ninguém para trás por falta de apoio à sua reconversão profissional”, o que “seria economicamente irracional e socialmente injusto”.

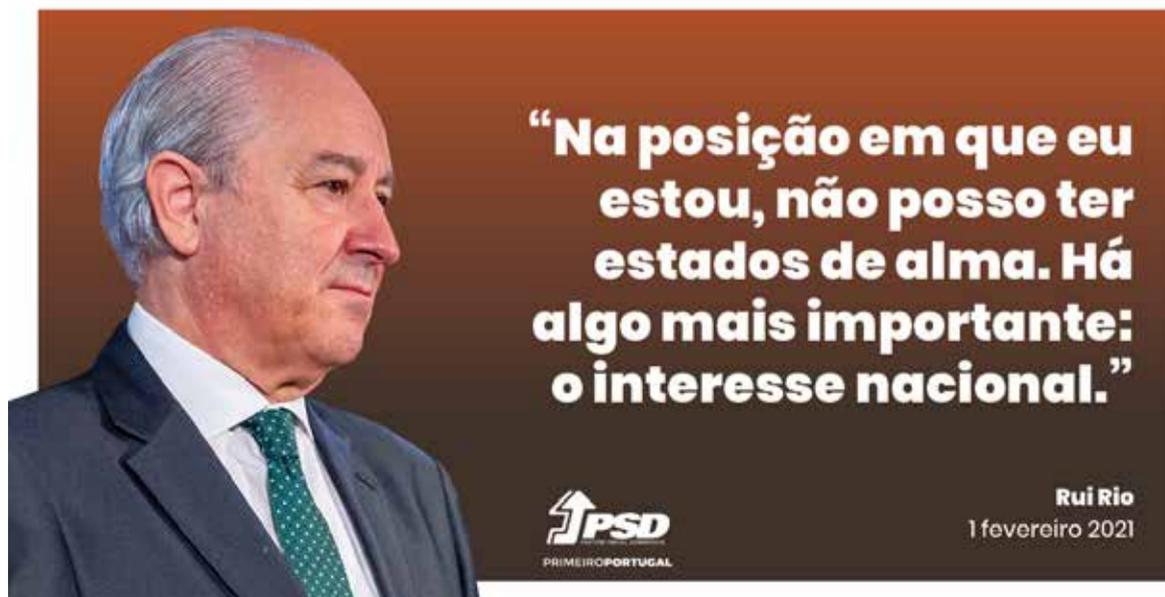
Os fundos europeus devem ser igualmente alocados à causa contra “o aquecimento global, designadamente ao nível da transição energética”.

Rui Rio mostra-se confiante que a nova administração norte-americana reaproxime a relação entre os EUA e o bloco europeu. “A eleição de Joe Biden para Presidente dos Estados Unidos abre-nos, de novo, as perspetivas de um relacionamento saudável e racional com a Europa. A presidência portuguesa não deve, pois, ignorar esta oportunidade e deve, obviamente, aproveitá-la, estreitando de

novo estes dois espaços que o Atlântico une. Quem melhor do que Portugal para justamente fazer do Atlântico uma ponte, ao invés de um obstáculo?”, disse.

Pelo contrário, o líder do PSD entrevistado como “menos positiva a construção do novo relacionamento com o Reino Unido, após a efetivação do Brexit”. No entanto, “não pode a Europa continental deixar de ter uma ligação muito próxima e muito estreita com as ilhas britânicas, apesar da sua recente saída da União”.

Na opinião de Rui Rio, a cimeira com a Índia e a ligação com África devem também marcar o semestre do exercício da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia. “As nossas ligações históricas e culturais colocam Portugal na posição privilegiada de poder contribuir para uma maior e mais solidária ligação entre a Europa e este continente que tanto precisa que ela se reforce”, assinalou.



JOSÉ CANCELA MOURA

PORTUGAL TEM “UM GOVERNO CONFINADO, QUE NÃO AGE, SÓ REAGE”



Cancela Moura, deputado do PSD, critica a forma como o Governo está a gerir o combate à pandemia. “O país está em estado de sítio, porque lamentavelmente o Governo falhou, em toda a linha. Em vez de um Conselho de Ministros, temos um Conselho de Resignados. Que navega à vista, com meias palavras, meias verdades e meias medidas que, às vezes, como no caso das escolas, até mudam dia-sim, dia-não. Um Governo confinado, que não age, só reage. Que não decide, só gere expectativas”, referiu.

No debate do estado de emergência, Cancela Moura gostaria que o Executivo governasse “com coragem, com sentido de Estado, em função de um bem maior que é a vida, porque a vida não tem cor, nem ideologia”. “Governem sem preconceitos ideológicos, sobre a restrição de direitos, liberdades e garantias, porque tempos excecionais exigem medidas excecionais. Governem com patriotismo, sobre o que verdadeiramente é importante para o país e não de acordo com as agendas políticas e partidárias. Governem, porque o país não pode esperar mais, para poder seguir em frente”, apelou.

Cancela Moura lembra que Portugal é o país com mais casos e mortes por milhão de habitantes e com maior taxa de contágio no mundo. “Com 10 vezes mais casos e mais mortes do que em março e com todos os indicadores a apontarem para um agravamento da situação, o Governo decretou um estado de emergência light, com medidas às pinguinhas, onde as exceções são a regra. Foram mais de 50. Há ambulâncias em filas de espera, horas a fio, às portas das urgências e vidas em suspenso, com milhões de consultas e cirurgias adiadas. Os profissionais de saúde estão exaustos e os hospitais, à beira da rutura, improvisam transferindo doentes às dezenas. O plano de vacinação muda a cada dia que passa, privilegiando agora os titulares de cargos políticos, com prejuízo daqueles que deveriam ser vacinados antes, como os polícias e os bombeiros”, apontou.

Na opinião do deputado, “o PSD pode e tem o dever de apontar o dedo e denunciar, agora, o que está mal, porque tem a legitimidade para tanto”. “Legitimidade porque votamos favoravelmente, desde o início, todos os estados de emergência, sem tibiezas. Legitimidade

porque fomos colaboração e não fomos oposição. Legitimidade porque estivemos ao lado do interesse nacional”, explicou.

O Parlamento aprovou, dia 28, a renovação do estado de emergência até 14 de fevereiro para permitir medidas de contenção da covid-19, com votos favoráveis de PSD, PS, CDS-PP e PAN. Este foi o décimo diploma do estado de emergência que o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, submeteu ao parlamento no atual contexto de pandemia de covid-19. O diploma, que se aplica ao período entre 31 de janeiro e 14 de fevereiro, permite proibir ou limitar as aulas presenciais, restringir a circulação internacional e mobilizar profissionais de saúde reformados, reservistas ou formados no estrangeiro. De acordo com a Constituição, o chefe de Estado tem de ouvir o Governo e de ter autorização da Assembleia da República para decretar o estado de emergência, que não pode ter duração superior a quinze dias, sem prejuízo de eventuais renovações.

PSD QUER INFORMAÇÃO MAIS DETALHADA SOBRE VACINAÇÃO E EVOLUÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

O grupo parlamentar do PSD requereu ao Governo que a Direção-Geral da Saúde (DGS) inclua no seu boletim diário dados sobre o processo de vacinação contra a covid-19, exigindo transparência e mais informação aos cidadãos.

O PSD lamenta que a Plataforma de Monitorização da Vacinação contra a covid-19 – <https://www.sns.gov.pt/monitorizacao-do-sns/vacinas-covid-19/> – não inclua dados que permitam uma “análise mais fina”.

Num requerimento que deu entrada no Parlamento, cujo primeiro subscritor é o Presidente e deputado Rui Rio, o PSD insiste que sejam disponibilizados diariamente o número de doses da vacina administradas e de cidadãos vacinados por escalão etário.

Recentemente, no dia 8 de janeiro, o grupo parlamentar do PSD solicitara a inclusão de informação relevante site criado para informar as pessoas sobre o estado de vacinação (qual o número de pessoas vacinadas por grupos de risco; quantas pessoas foram vacinadas por região/concelho; quantas vacinas estão a ser ministradas, em média, por dia; quantos postos de vacinação estão ativos; quantos profissionais estão alocados a esta função, em tempo parcial e em exclusividade; e qual o número de vacinas a ser distribuídas por fornecedor em território nacional).

“Mantém-se, até hoje, inalterada a plataforma, que constitui uma ferramenta estanque que atualiza semanalmente um número genérico de vacinas administradas, não permitindo qualquer análise mais fina nem cumprindo princípios de transparência”, critica o PSD.

Os deputados do PSD defendem que “os cidadãos têm o cabal direito a toda a informação sobre o processo de vacinação em curso, na obrigatoriedade devida da transparência do exercício da decisão política, sempre valiosa”, mas especialmente no atual contexto pandémico.

O número de pessoas vacinadas por grupos de risco, postos de vacinação ativos, o número de vacinas distribuídas por fornecedor, entre outros elementos, são os dados requeridos pelo PSD, apontando que projetos de resolução aprovados o ano passado recomendavam ao Governo a disponibilização de mais informação sobre a pandemia em Portugal.

O PSD solicita ainda ao Ministério da Saúde que, “de forma atualizada e diária” publique no “site” da DGS na Internet dados detalhados sobre a situação epidemiológica, como a caracterização de novos casos, os óbitos discriminados por idade, sexo e referência a eventuais comorbilidades, distribuição por região de saúde e área de residência.

O número de doentes covid-19 internados em hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), incluindo em serviços de cuidados intensivos, identificando os hospitais onde os doentes estão internados, e a evolução da capacidade de internamento e disponibilidade efetiva de camas nos hospitais do SNS, são outros elementos requeridos.

Além de Rui Rio, assinam este requerimento o líder parlamentar, Adão Silva, e os deputados Ricardo Baptista Leite, António Maló de Abreu, Clara Marques Mendes, Rui Cristina e Sandra Pereira.



PSD INSISTE EM OUVIR O COORDENADOR DO PLANO DE VACINAÇÃO

O PSD insiste na audição do coordenador do plano de vacinação contra a covid-19 no Parlamento, para dar esclarecimentos sobre os abusos na administração de vacinas. Há mais de um mês que os deputados social-democratas querem ouvir o responsável pela estrutura que está a gerir o plano de vacinação.

“É necessário haver aqui grande transparência e sentido de responsabilidades das várias entidades envolvidas no processo. A última coisa que o país poderá comportar será uma incapacidade da parte do Estado em cumprir a execução de um plano tão vital para a reconstrução do país no pós-pandemia”, afirma Ricardo Baptista Leite.

O deputado do PSD critica o “fraco planeamento” na gestão das vacinas, que, em certa medida, potencia a administração “irregular” de vacinas.

Em comunicado, o grupo parlamentar social-democrata lembra que em dezembro foi aprovado um requerimento do PSD para que o coordenador da “task-force” de vacinação contra a covid-19 fosse ouvido regularmente na Assembleia da República, na Comissão de Saúde e na Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da covid-19 e do processo de recuperação económica e social.

“Apesar de, na aprovação (por unanimidade) do requerimento, se ter flexibilizado a periodicidade destas audições, facto é que estamos em fevereiro e, apesar da solicitação expressa do PSD para agendamento esta semana, ainda não há data para que Francisco Ramos possa prestar esclarecimentos sobre o que está a acontecer, numa altura em que várias notícias dão conta de abusos na vacinação contra a covid-19, como é do conhecimento de todos”, refere o PSD.

Os deputados sociais-democratas consideram “fundamental que se possa fazer um acompanhamento sério do plano de vacinação” e esperam “que o Parlamento possa efetivar a sua missão de fiscalização desta matéria o quanto antes”.

PSD DEFENDE REFORÇO DE FINANCIAMENTO PARA AS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR



O PSD acaba de perguntar ao Governo se “vai aumentar na mesma proporção das necessidades das instituições de ensino superior face à pandemia”.

Numa pergunta ao ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, esta quinta-feira, os deputados do PSD querem saber se a tutela está consciente do impacto que a crise sanitária está a ter nos orçamentos de 10 instituições de ensino superior (Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Politécnico da Guarda, Instituto Politécnico de Portalegre, Instituto Politécnico de Setúbal, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Instituto Politécnico de Viseu, Universidade da Beira Interior, Universidade de Coimbra e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

O PSD sustenta que “os efeitos da pandemia estão a fazer sentir-se no funcionamento dos estabelecimentos de ensino, com a necessária adaptação às novas regras de higiene e segurança sanitária”.

As instituições têm-se deparado com gastos extraordinários para a aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos adicionais para garantir o funcionamento das atividades letivas e compra de equipamentos de proteção individual para assegurar o cumprimento das normas de higiene e segurança determinadas pela DGS/DGES.

LICENCIADOS EM CRIMINOLOGIA CONTINUAM A SER DISCRIMINADOS NOS CONCURSOS PÚBLICOS

Os deputados do PSD contestam “a exclusão dos licenciados em Criminologia” nos concursos públicos de recrutamento.

Numa pergunta à ministra da Justiça, os deputados revelam que “o aviso concursal n.º 1184/2021, publicado no Diário da República n.º 12/2021, Série II de 2021-01-19, abre vagas para o preenchimento de 13 postos de trabalho da carreira de especialista de polícia científica da Polícia Judiciária para o Laboratório de Polícia Científica, mas exclui os licenciados em Criminologia”.

“Com efeito, não se compreende a exclusão dos licenciados em Criminologia, pelo menos, nas áreas funcionais forense de Balística e de Documentos, Escrita Manual e Moeda”, criticam.

O concurso aberto pela Polícia Judiciária destina-se ao preenchimento de 13 postos de trabalho da carreira de especialista de polícia científica da PJ para o Laboratório de Polícia Científica nas áreas forenses de drogas e toxicologia, de biologia, de balística, de documentos, escrita manual e moeda e de físico química.

“Importa recordar, até porque o PSD se envolveu ativamente para que tal acontecesse, que a criminologia foi reconhecida como profissão pela Lei n.º 70/2019, de 2 de setembro. Com a publicação da lei em apreço, entre as competências de um criminólogo, destacam-se a cooperação e coadjuvação às autoridades judiciais na produção da prova pericial, o que se materializa numa elementar e substancial importância processual”, referem no texto introdutório da pergunta.

Os deputados social-democratas argumentam que “a Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprovou o novo regime jurídico das armas e suas munições, reconhece, quanto à peritagem de armas, o criminólogo como elemento



com formação académica competente para a realização destas”.

Para o PSD, além da área de balística, os licenciados em criminologia também deveriam poder candidatar-se à área forense de documentos, escrita manual e moeda, porque têm “preparação e conhecimento de investigação criminal, direito processual penal, ciências forenses, criminalística e medicina”.

O PSD pergunta:

- *É do conhecimento da Senhor Ministra da Justiça a exclusão dos licenciados em Criminologia do concurso lançado pela Polícia Judiciária?*
- *Quais são as razões que justificam esta discriminação dos licenciados em Criminologia?*

PSD DEFENDE OPÇÃO DE VOTO POR VIA POSTAL PARA EMIGRANTES NAS PRESIDENCIAIS E EUROPEIAS



O grupo parlamentar do PSD entregou um projeto de lei que prevê a possibilidade de voto por correspondência nas eleições presidenciais e europeias para os recenseados no estrangeiro.

No projeto de lei, o PSD defende que a consagração do direito de opção entre votar presencialmente ou por correspondência, atualmente permitido nas legislativas, é uma medida que visa potenciar “a participação eleitoral dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro”.

“Não é possível ignorar o apelo feito, em plena noite eleitoral, pelo recém-reeleito Presidente da República, ainda mais quando esse apelo se refere a uma das bandeiras que o PSD tem, há muito tempo, defendido”, começa por assinalar o grupo parlamentar social-democrata, na exposição de motivos.

O PSD destaca que já tinha, na anterior legislatura, proposto esta medida sem sucesso junto da “maioria parlamentar de esquerda, que, entre outros argumentos, alegou, erradamente, impedimento constitucional” e sublinha que esta é “uma pretensão há muito

sugerida pelas comunidades portuguesas no estrangeiro”.

Para os deputados social-democratas, é “certo e sabido” que a Constituição “apenas impõe a presencialidade do voto aos eleitores recenseados em território nacional, não impondo a mesma regra aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro”.

O diploma, que deu entrada na Assembleia da República, altera as leis eleitorais para o Presidente da República e para o Parlamento Europeu, propõe também que o Governo promova “de forma permanente” uma campanha de informação junto dos eleitores recenseados no estrangeiro sobre as formas do exercício do direito de voto.

“Os eleitores residentes no estrangeiro exercem o direito de voto presencialmente ou pela via postal, consoante optem junto da respetiva comissão de recenseamento no estrangeiro até à data da marcação de cada ato eleitoral”, estabelece a proposta do PSD, que tem sido um partido pioneiro na apresentação de leis destinadas a promover a participação eleitoral e a fortalecer a democracia.

Covid-19

Em 2020, o Governo tinha para investir quase 7.000 Milhões de € no combate à pandemia e não investiu

ONDE ESTÁ A CAPACIDADE DE INTERVIR ADEQUADAMENTE NO COMBATE À CRISE E À PANDEMIA?

VEREADORES DO PSD DE GAIA DEFENDEM MEDIDAS URGENTES DE APOIO ÀS EMPRESAS E FAMÍLIAS

O grupo de vereadores do PSD na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia apresentou, na sessão de Câmara desta segunda-feira, um conjunto de medidas integradas e urgentes de apoio às micro, pequenas e médias empresas do Concelho.

Os vereadores dizem que está em causa a sobrevivência do tecido empresarial do Concelho, que corre o risco de “colapsar”, com o encerramento de muitas empresas de cariz familiar e levando ao desemprego de milhares de trabalhadores.

Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, de dezembro de 2020, Vila Nova de Gaia regista o maior número de desempregados do distrito do Porto (17.641). Também a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Vila Nova de Gaia (ACIGAIA, calcula que já fecharam as portas 3 mil empresas do Concelho.

Prevendo-se um período de confinamento longo, penoso e difícil, os Vereadores avançam ainda com medidas adicionais direcionadas às famílias, em matérias tão preocupantes como a violência doméstica, a preservação da saúde mental e física, e a fome. Para o Grupo de Vereadores, seria também dado “um sinal de esperança à economia local, consubstanciado num programa, com apoios a fundo perdido”.

I. Violência doméstica

Os vereadores do PSD estão preocupados com este fenómeno, que tenderá a agravar-se por causa do confinamento, do aumento do desemprego e da perda de rendimentos.

O grupo de vereadores do PSD defende três medidas concretas: a criação de uma linha Direta de Apoio às Vítimas da Violência Doméstica, 24 horas por dia, com o envolvimento de uma estrutura de apoio adequada; a disponibilização imediata de um espaço para acolhimento temporário das vítimas, podendo, como alternativa, caso o Município não disponha de espaços próprios, celebrar protocolos com alojamentos temporários em hotel ou apartamentos de Alojamento Local; e a criação de uma linha específica de apoio às vítimas de violência doméstica, que lhes permita ter acesso a habitação própria, para recomeçar uma nova vida.

II. Rede de Lojas Solidárias, uma em cada freguesia do concelho

A carência de alimentos e bens de primeira necessidade é uma das características da crise social que estamos a viver. Os vereadores propõem, em articulação com todas as juntas de freguesia e com a Câmara Municipal, a criação de espaços destinados a receber doações de bens essenciais. Numa segunda fase, os Vereadores defendem a criação, a título definitivo, de um Banco Alimentar Contra a Fome, que contaria com uma rede própria de voluntários.

III – Voucher-Restauração

Os profissionais de restauração do Concelho, como acontece em todo o país, atravessam dias muito difíceis, decorrentes do encerramento compulsivo de cafés e restaurantes, cuja atividade ficou limitada ao regime de “take-away”.

Os Vereadores propõem a criação do Voucher Restauração, a ser atribuído a famílias carenciadas, que lhes permitiria ter acesso a uma refeição mais digna e de qualidade, mas também promover, de igual modo, o apoio das empresas de restauração. Esta medida poderia posteriormente ser alargada a outros estabelecimentos de venda



de bens de primeira necessidade, como mercearias, frutarias, peixarias, talhos, padarias e pequenos produtores agrícolas, passando assim a designar-se por Voucher Alimentação.

IV - Gaia On-Line, ou em alternativa, Gaia - Estamos On

É imperativo que o Município mantenha, durante o período de confinamento, que se prevê longo, um contacto regular e permanente com todos os gaíenses. O objetivo é que os munícipes possam estar em contacto permanente com a Câmara, através do Facebook, do canal do Youtube da Autarquia, onde já transmite em direto as reuniões camarárias, concertos online, entre outros. Estes canais teriam uma periodicidade diária, bi ou trissemanal.

V – Gaia Sénior Estamos On

Para preservar a saúde mental dos mais idosos, nomeadamente aqueles que residem nos diversos lares e insti-

tuções equiparadas e que estão impedidos de ter qualquer contacto físico com os familiares mais próximos, os vereadores propõem o lançamento de um programa com tablets e equipamentos, que estariam disponíveis nos lares.

Competiria às instituições disponibilizar um espaço adequado para a realização destas videochamadas, dotado da privacidade adequada, bem como disponibilizar um colaborador habilitado para monitorizar as próprias ligações.

VI – PAREL - Programa de apoio à recuperação económica local

Além da atribuição do Voucher Restauração, os vereadores propõem incentivos à retoma da atividade económica local.

FALTA DE MEIOS HUMANOS E MATERIAIS CONDICIONA MISSÃO DA GNR EM PORTALEGRE



Os deputados do PSD contestam a falta de meios humanos e as condições precárias com que se depara o Comando Territorial de Portalegre da Guarda Nacional Republicana (GNR). Numa pergunta ao ministro da Administração Interna, os deputados social-democratas referem que a “falta de meios humanos e materiais é ainda agravada pela circunstância de as medidas de prevenção e combate ao surto epidemiológico do novo coronavírus, aumentar significativamente as exigências de fiscalização e acompanhamento das populações e suas atividades”.

O PSD sublinha que, segundo a Associação dos Profissionais Da Guarda – APG/GNR, “existe carência de material, designadamente bastões extensíveis, coletes de proteção balística, lanterna, material informático e outros que se juntam à existência de um parque automóvel envelhecido e às condições precárias em que funcionam alguns Postos”.

O PSD alerta que “a esmagadora maioria dos locais de serviço a funcionar estão aquém do mínimo exigível” e “as patrulhas têm de se deslocar muitos quilómetros”, cobrindo “uma extensa área territorial” que “condiciona as deslocações às ocorrências”.

“Ainda a necessitar de explicação, está o cumprimento do protocolo de colaboração entre o Ministério da Administração Interna e a Câmara Municipal de Portalegre, tendo em vista a construção de novas instalações para o Centro de Formação e Comando Territorial da GNR de Portalegre, assinado em 14 de dezembro de 2018”, acrescentam os deputados do PSD.

O distrito de Portalegre abrange uma área de 6065 km² e uma população residente de cerca de 118 mil habitantes, distribuídos por 15 concelhos.

O PSD pergunta:

1. *Considera o Sr. Ministro, que o número de efetivos afetos ao Comando Territorial de Portalegre é em número suficiente para responder às necessidades do distrito?*
2. *Quantos efetivos foram alocados ao Comando Territorial de Portalegre, desde janeiro de 2020?*
3. *Quantos efetivos foram transferidos do Comando Territorial de Portalegre para outro, desde janeiro de 2020?*
4. *Qual o montante das verbas previstas para reforço de material do Comando Territorial de Portalegre, designadamente bastões extensíveis, coletes de proteção balística, lanterna, material informático e outros recursos logísticos?*
5. *Qual a data prevista pelo Ministério da Administração Interna para o início da construção das instalações do Centro de Formação e do Comando Territorial de Portalegre?*

RECUSA EM REFORÇAR APOIOS ÀS REGIÕES AUTÓNOMAS “ENVERGONHA” O PAÍS

O PSD/Madeira criticou o Governo da República por recusar reforçar os apoios para as regiões autónomas, numa postura que “envergonha um país que preside ao Conselho da União Europeia”, numa altura de dificuldades acrescidas devido à pandemia da covid-19.

“Seria imperativo, moral e ético que o Governo da República reforçasse as verbas para as regiões autónomas”, afirmou o deputado da bancada regional social-democrata Carlos Rodrigues, no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira, dia 2 de fevereiro.

Os deputados madeirenses debateram um projeto de resolução do PSD para que “todas e quaisquer medidas, programas e apoios lançados e implementados pelo Governo português, no âmbito da crise pandémica da covid-19, não discriminem ou excluam, do seu âmbito de aplicação, as regiões autónomas”.

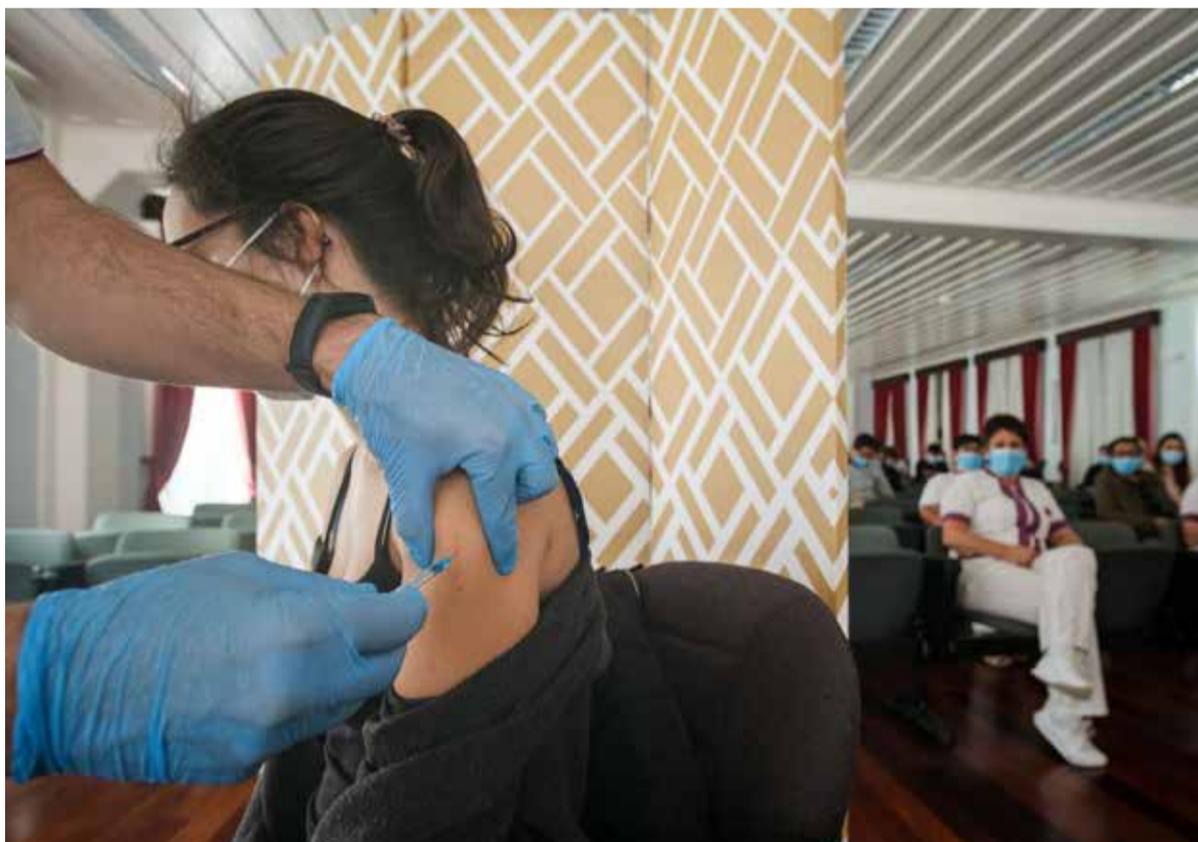
Carlos Rodrigues indicou que todas as medidas implementadas na região para apoiar as famílias e empresas (no caso das empresas num total de 160 milhões de euros) foram suportadas pelo Orçamento Regional, “não tendo qualquer apoio do Estado”.

No seu entender, o executivo nacional socialista “sabe exigir da União Europeia, mas não cumpre as suas obrigações para com as suas regiões autónomas”.

O deputado referiu que a Madeira foi excluída da linha de apoio disponibilizada às empresas afetadas pela pandemia da covid-19 pelo Banco Português de Fomento, sublinhando que a sua aplicação é apenas ao território continental.



PLANO DE VACINAÇÃO VAI SER MELHORADO NOS AÇORES



O Governo dos Açores adiantou que o Plano Regional de Vacinação para a covid-19 vai ser alterado, de forma a prever a imunização da população do Corvo.

O diretor regional da Saúde dos Açores, Berto Cabral, esclareceu que não haverá uma violação do plano, porque este vai sofrer “uma alteração, para permitir que a ilha do Corvo possa ser toda vacinada”. A inclusão do Corvo nesta fase prende-se com os “parcos recursos de saúde” da mais pequena ilha açoriana, bem como com “a logística de transporte de vacinas”.

“Nós podemos preparar uma operação para o Corvo que, na verdade, são muito poucas vacinas e o mau tempo condicionar o envio. Podemos estar a levar poucas ampolas de cada vez e depois ficam ampolas paradas em qualquer sítio, porque o mau tempo não deixou chegar lá. Temos de ter isso tudo presente”, concretizou o governante.

A inclusão do Corvo nesta fase prende-se com os “parcos recursos de saúde” da mais pequena ilha açoriana, bem como com “a logística de transporte de vacinas”.

“Nós podemos preparar uma operação para o Corvo que, na verdade, são muito poucas vacinas e o mau tempo condicionar o envio. Podemos estar a levar poucas ampolas de cada vez e depois ficam ampolas paradas em qualquer sítio, porque o mau tempo não deixou chegar lá. Temos de ter isso tudo presente”, concretizou.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

SETUBAL

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 26 de fevereiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, em formato de videoconferência, através da plataforma Zoom, na ligação <https://zoom.us/j/95476258942?pwd=QVBQR2Vvbjdjc3I2d2x0a1NIY3ZFQT09> com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Ratificação das Contas de 2020;
3. Apreciação e eventual aprovação de Orçamento para 2021;
4. Estratégia Autárquica;
5. Análise da Situação Política.

SECÇÕES

BAIÃO

ALTERAÇÃO DO DIA /PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 20 DE JANEIRO 2021

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião para reunir no próximo dia 20 de fevereiro de 2021, pelas 17H00, no Auditório Municipal de Baião, sita na Travessa. do Tijelinho 30, Campelo – Baião, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS.

1. Informações do Presidente da Comissão Política de Secção;
2. Aprovação e definição do perfil do candidato do PSD à Câmara Municipal de Baião;
3. Outros assuntos.

Nota: O PSD Baião irá providenciar a possibilidade de os militantes que assim o entenderem, poderem participar no plenário via plataforma ZOOM. O link será enviado por email. Se por algum motivo o seu email estiver desatualizado, por favor entrar em contacto com 919896641.

Apesar de todas as restrições provocadas pela pandemia, o PSD apela a participação de todos através da sua presença online ou no espaço acima indicado. Como medida preventiva de combate à pandemia da doença COVID-19, a sessão será realizada de acordo com as orientações da DGS e legislação aplicável, será obrigatório o uso de máscara de proteção e o cumprimento do distanciamento social.

CORUCHE

De acordo com o artigo 54º dos Estatutos do PSD, convoca-se os Militantes da Secção de Coruche, para reunião Ordinária da Assembleia de Secção, no Sábado, dia 27 de Fevereiro de 2021, pelas 15H30, num modelo misto (presencial e online), de acordo com a deliberação I Janeiro|2021 do Conselho de Jurisdição Nacional, quem estiver presencialmente, a reunião será na Sede do PSD de Coruche, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, em Coruche, para quem irá assistir online será enviado link de acesso, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das Contas de 2020, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea d) dos Estatutos;
2. Aprovação do Orçamento para 2021, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea d) dos Estatutos;
3. Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autar-

quias Locais, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea f) dos Estatutos

ELVAS

CANCELAMENTO

Em virtude de imprevistos que surgiram no âmbito da situação pandémica que se vive, a Mesa da Assembleia da Secção de Elvas, decidiu suspender a Assembleia convocada para o próximo dia 06 de fevereiro de 2021.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 18 de fevereiro (quinta-feira) de 2021, pelas 21H30, por videoconferência através do link que estará disponível no sítio de internet: WWW.facebook.com/psdespinho, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2020;
2. Apresentação, discussão e votação do orçamento para o ano de 2021;
3. Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política do perfil dos candidatos às eleições autárquicas de 2021 e dar parecer sobre a proposta do cabeça de lista à Câmara Municipal de Espinho;
4. Análise da situação política;
5. Outros assuntos de interesse geral.

OLIVEIRA DE FRADES

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira de Frades para reunir, no próximo dia 10 de fevereiro (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00, via online plataforma Zoom com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. informações;
 2. Definição do perfil dos candidatos às próximas Eleições Autárquicas;
- Nota: Entrar na reunião Zoom.
<https://us04web.zoom.us/j/78970722137?pwd=c0dhUWk4RTNheS9uSzMwY21WdmEvUT09>
ID da reunião: 789 7072 2137
Senha de acesso: X4GWDA

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre para uma reunião, no próximo dia 15 de fevereiro (segunda-feira) pelas 21H00, por internet (via Google Meet) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Autárquicas 2021;
3. Análise da situação política partidária.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos do Nacionais do PPD/PSD, convoca-se uma reunião Ordinária da Assembleia de Secção de Viana do Castelo a realizar do próximo dia 12 de Fevereiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, atendendo à situação epidemiológica de elevado risco e às restrições decorrentes do Estado de Emergência Nacional, o Plenário irá ser realizado através da plataforma ZOOM, sendo que o respetivo Link de acesso será enviado por correio eletrónico, até duas horas antes do início da reunião, a todos os Militantes da Secção de Viana do Castelo que efetuem a sua inscrição, previamente, através do e-mail comunicação.psd.cpsviana@psdaltominho.com com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Período antes da ordem do dia;
2. Análise e apresentação das contas de 2020;
3. Autárquicas 2021 – Perfil do candidato a Presidente da Câmara Municipal de Viana do castelo;
4. Análise da situação política.

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 21H30

A Assembleia será realizada por videoconferência com recurso à plataforma ZOOM, os Militantes poderão aceder a partir de um computador ou smartphone com ligação à internet, com os recursos de áudio e imagem necessários a este tipo de sessões, sugere-se ainda a utilização de auscultadores para que o som não produza perturbações de feedback. Para garantir a adesão atempada de todos os militantes, a reunião estará ativa a partir das 21H00 do dia 12 de fevereiro, permitindo estabelecer a ligação atempada e necessária verificação do quórum.

RIBEIRÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Ribeirão para reunir no próximo dia 6 de março (sábado) 2021, pelas 15H00, na Sede da Junta de Freguesia de Ribeirão, sita na Av. Rio Veirão 1, -Ribeirão, com a seguinte:

ODEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Ribeirão.
Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 18H00. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do PSD da Secção de Famalicão até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



I CONSELHO DISTRITAL JSD DISTRITAL LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o I Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 12 de fevereiro (sexta-feira), pelas 21h00, através da plataforma zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de Atividades da Comissão Política Distrital;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL

Ao abrigo do artigo 93.º do Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, aprovados em Conselho Nacional da JSD de 1 de Fevereiro de 2020, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Vila Real para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 18 de fevereiro de 2021, com início pelas 21 horas, em reunião de formato digital, via plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço da acção política;
- 2- Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

Nota: Informa-se que o endereço para acesso à sessão plenária será atempadamente disponibilizado via digital (página de Facebook da JSD Distrital de Vila Real ou via e-mail a quem o solicitar) a todos os conselheiros da JSD Distrital de Vila Real.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Braga, para reunir no dia 12 de fevereiro de 2021, pelas 21h30, através da plataforma digital ZOOM, com a seguinte ordem de

trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação Política Local e Nacional;
- 3 – Outros Assuntos.

Nota: O link de acesso ao Plenário Concelhio será divulgado pelos habituais canais de comunicação interna da Concelhia da JSD de Braga.

PENICHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Peniche para reunir no próximo dia 06 de março de 2021, sábado, pelas 10h, na sede do PSD de Peniche, sita na Rua Alexandre Herculano, nº20, 1ºDireito, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da Concelhia da JSD de Peniche.

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 10h e as 12h. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Leiria da JSD, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral."

POR LAPSO DOS SERVIÇOS ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE 27/01/2021 PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Porto de Mós para reunir no próximo dia 27 de fevereiro de 2021, sábado, pelas 10h30m, na sede do PSD de Porto de Mós, sito no Largo do Rossio, 35D Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da Concelhia da JSD de Porto de Mós.

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 10h30m e as 12h30m. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Porto de Mós, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Resende, para reunir no próximo dia 6 de Março de 2021, sábado, das 15 horas às 18 horas, na sede do PSD Resende na Av. D. Afonso Henriques nº 267 R/C Drt 4660-211 Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Resende.

Nota:

O ato eleitoral realizar-se-á das 15h00 às 18 horas.

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas de toda a documentação necessária de acordo com os estatutos e demais regulamentos.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia da Concelhia de Vila Nova de Famalicão da JSD para reunir, no próximo dia 13 de Março de 2021, na Sede do PSD de Vila Nova de Famalicão, cita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 – 3º Sala 14, Centro Comercial Vinova, 4760 – 114 Vila Nova de Famalicão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da Concelhia.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Distrital de Braga ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 19H00.

ERRATA - ALTERAÇÃO DE HORÁRIO

NÚCLEO DE RIBEIRÃO (VILA NOVA DE FAMALICÃO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Ribeirão para reunir, no próximo dia 11 de Fevereiro de 2021, na Casa do Povo de Ribeirão, Sita na Av. 3 Julho, 4760-726 - Ribeirão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Distrital de Braga ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18H00 e as 20H00.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário de Militantes da Concelhia de Tavira para o dia 12 de Fevereiro (sexta-feira), pelas 21h00, em formato online, via plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Autárquicas 2021;
- 3 – Outros Assuntos.

Nota: Se à hora prevista na convocatória não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes, no mesmo local e com a mesma ordem de trabalhos.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Aclaração I/Fevereiro/2021

O companheiro Filipe Pinto, militante n.º 233282, solicitou a este Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) uma aclaração sobre o Esclarecimento II/Janeiro/2021.

No esclarecimento em causa, o CJN informa que “não existe qualquer obrigatoriedade de publicação no Povo Livre de convocatórias de assembleias não eleitorais. Apenas as eleitorais são obrigatórias, nos termos dos artigos 69º e 70º dos Estatutos e do artigo 3º, n. 1, do Regulamento Eleitoral”.

Na sequência, o companheiro Filipe Pinto remete a este CJN as seguintes perguntas:

- 1. Quais os meios pelos quais os militantes têm que ser informados?*
- 2. Qual o prazo mínimo que o órgão da assembleia tem que cumprir para convocar os militantes, no caso de assembleia não eleitoral?*
- 3. Caso a concelhia não tenha sede para fixar as convocatórias das assembleias, como se pode garantir que todos os militantes têm conhecimento das mesmas se estas não carecem de registo no jornal oficial do partido?*

Quanto à primeira e à terceira perguntas, o CJN esclarece que o ato de convocação implica publicidade. Ou seja, o convocante está obrigado a fazer chegar a informação a todos os membros do órgão convocado.

A publicação no jornal oficial do Partido - o semanário *online* “Povo Livre” - é a forma obrigatória de convocação das assembleias eleitorais.

Nos termos do artigo 70º dos Estatutos Nacionais do PSD (ENPSD), a convocação das reuniões dos órgãos do Partido pode ser realizada no seu sítio da internet.

Pela ampla publicidade que implicam, estas duas formas (Povo Livre e sítio da internet) dispensam qualquer outra.

Porém, a não utilização destas modalidades obriga o órgão convocante a recorrer a qualquer outra que assegure que todos os membros do órgão convocado são atempadamente informados.

Assim, a título de exemplo, pode o convocante publicar na comunicação social, enviar email, carta, sms ou usar modalidade mista (remeter email para quem forneceu ao Partido o seu endereço eletrónico e remeter carta para os restantes casos).

Aquilo que não pode acontecer, sob pena de invalidade da reunião e potencial ação disciplinar, é a convocatória ser dada a conhecer apenas a uma parte dos militantes.

Quanto à segunda pergunta, cumpre informar que, de acordo com artigo 69º dos ENPSD, as assembleias não eleitorais devem ser convocadas com antecedência mínima de oito dias, sendo que o ato de convocação está indissociável da sua publicidade. Ou seja: sem que haja publicidade não está cumprido o requisito da antecedência.

O companheiro Filipe Pinto questiona igualmente o CJN sobre a regularidade estatutária do funcionamento da Assembleia de Militantes do PSD/Mangualde. Sendo matéria da competência do Conselho de Jurisdição Distrital de Viseu, remete-se o processo para a apreciação deste órgão de primeira instância.

Notifique-se:

- O Peticionante
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia de Militantes do PSD/Mangualde
- Ao CJD/Viseu, para apreciação da matéria respeitante ao funcionamento da Assembleia de Militantes do PSD/Mangualde.
- Ao Secretário-Geral do PSD para conhecimento e comunicação às estruturas do Partido
- Ao Diretor do Povo Livre para publicação
- Ao Presidente da CPD/Viseu
- Aos Conselhos de Jurisdição Distritais do Partido

Pelo Conselho de Jurisdição Nacional



Paulo Colaço
Presidente

3 de fevereiro de 2021